

# D. Paulo:

## “Preferimos ser uma PUC bem menor, a nos intimidarmos com qualquer ameaça de estatização”



*Qual a opinião de D. Paulo Evaristo Arns, do governador Orestes Quércia e do reitor da Unesp e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, Jorge Nagle, sobre a estadualização da PUC? Durante algumas semanas, tentamos — e não conseguimos — uma entrevista com o governador. Assuntos como o escândalo da Corretora Banespa e a convenção do PMDB, entre outros, ocupavam toda a atenção de Orestes Quércia.*

*Em contato com a comissão executiva do Grupo de Estadualização, fomos informados de que no dia 21 de julho aconteceu a primeira reunião com o reitor Jorge Nagle, sobre a proposta de incorporação da PUC pela Unesp.*

*Segundo o funcionário Aloisio*

*Pontes Teixeira, membro do Grupo, Nagle afirmou ser pessoalmente favorável à incorporação, porque o ensino público precisa ser ampliado e devido à necessidade da Unesp ter um campus na capital.*

*Teixeira afirmou que Nagle estava informado de todo o processo que resultou na escolha da comunidade puquiiana e, inclusive, já havia citado, no Conselho Universitário da Unesp, a possibilidade de a PUC vir a ser estadualizada. Apesar da boa receptividade do reitor, Teixeira contou que Nagle não descarta as dificuldades que poderão surgir, principalmente com relação à Igreja. A nível do Estado, o reitor acha pouco provável uma encampação total e imediata da PUC, que implicaria num ônus não previsto no orçamento do governo.*

*Nesse sentido, segundo informou Teixeira, Nagle pediu que o Grupo de Estadualização formulasse um projeto de incorporação por etapas, por achá-lo mais viável. Além disso, ele requisitou um quadro geral da PUC, com número de professores, funcionários e alunos, cursos e atividades.*

*D. Paulo Evaristo Arns, grão-chanceler da PUC, concedeu uma longa entrevista por escrito, em que afirma não admitir “nem mesmo a hipótese de espoliação da PUC pelo Estado”. Para o arcebispo, a estadualização significa a extinção da PUC e a criação, nos mesmos prédios, de uma nova universidade. Segundo consulta da Igreja às comunidades, terminada a 31 de maio, neste caso o patrimônio deveria ser aplicado “à formação de lideranças cristãs e, certamente, para um vigoroso centro de pesquisas e aconselhamento de nosso povo pobre”. Outra solução para a crise, segundo o arcebispo, seria o pluralismo comunitário, tendo como parceiros Estado, Igreja e Comunidade.*



**P**orã — Como Dom Paulo, na qualidade de grão-chanceler da PUC, vê a posição da comunidade sobre a estadualização dessa Universidade?

**D. Paulo** — Em primeiro lugar, alguns dados históricos. Há quase 17 anos ocupo a posição de grão-chanceler. Faz exatamente dez anos, em 1977, a SBPC pediu acolhida, quase asilo na PUCSP. O cientista Oscar Sala, presidente da entidade, recebera do ministro Ney Braga a ordem de suspender, ou ao menos adiar a reunião. De fato, a SBPC publicou nota — bem corajosa para aqueles tempos de governo ditatorial — afirmando que “por falta de compreensão e apoio governamental, a SBPC não tem condições para concretizar a realização de sua 29ª Reunião Anual”. Esta acabou, no entanto, por realizar-se, ocupando por uma semana o Tuca e as demais dependências da PUCSP.

Em seu discurso de abertura, o venerando co-fundador da SBPC, Maurício da Rocha e Silva, comparava o evento ao caso “Galileu Galilei”. Invertera-se, porém, a situação: a PUCSP, instituto com respaldo da Igreja, podia enfrentar a tirania do Estado e, única no país, favorecer o progresso da ciência. Poucos meses depois, o mesmo governo do Estado de São Paulo se vingou da PUC. Não só a invadiu, mas aí destruiu diplomas, instrumentos musicais, restaurante, chegando a dar pontapés em professores, arrancando-os da cátedra, conforme contam alunos daquele



**O governador a D. Paulo:**  
“Em vez de decidirem sobre a estadualização de bem que não lhes pertence, deveriam procurar fontes de recursos para se formarem”

tempo. Aliás, duas entre as estudantes da PUCSP carregam, pela vida, marcas estereotípicas das queimaduras. O governador do Estado adotou posição primária — outros dizem cínica — de aparecer na televisão para mostrar o “material subversivo acumulado na PUCSP”.

Tudo isso ocorreu há apenas dez anos. Antes, porém, professores apreciados pelos alunos e a sociedade foram cassados na USP e admitidos de imediato na PUCSP. Um deles, em período de crise financeira semelhante à atual, veio à minha casa pedir-me não “entregasse” jamais a PUCSP, porque se transformara aqui no último espaço livre para o debate universitário.

O grão-chanceler não está só. Nem para apreciar o voto de estadualização da atual comunidade da PUCSP. Primeiro, ele tem que consultar o próprio governador. E o fez, a título de pura son-



dagem. Creio que o governador não levará a mal se lhes transmito a observação que fez após análise das votações: "Em vez de decidirem sobre a estadualização de um bem que não lhes pertence, deveriam procurar fontes de recursos para se formarem". Dezenas e dezenas de professores e funcionários também me escreveram, ou de outra forma se comunicaram. Desanimados com a votação, não queriam mendigar, como funcionários públicos, a concessão de gatilhos e aumentos, ou seja, o ordenado sempre de novo em pauta.

**Qual a minha posição?**

Ao ler os exemplos citados, você poderia imaginar que a conclusão do Chanceler seria contrária à discussão, sobretudo à votação para a estadualização. Não é bem isso. Ele crê na inteligência e não apenas na emotividade da maioria dos votantes. Acha até que o Estado tem a obrigação de fazer parte da PUCSP. Só não quer que faça com ela o que fez com a USP, nos anos mais trágicos da recentíssima ditadura. Na destruição das liberdades democráticas, **escola única é mais corrosiva que partido único.** O século XX deu e está dando este espetáculo horroroso nas mais diversas partes do mundo: lembrem-se apenas dos fascismos de direita e esquerda. Como então, entraria o Estado na PUCSP? Na função de parceiro, junto com membros da Comunidade, operários, empresários, etc., para formarem com representantes da Igreja o Conselho Deliberativo. Na hora de decisão maior, fariamos o que a Igreja de São Paulo já realizou pela quinta vez, desde que o atual Arcebispo assumiu a função: consulta a todas as Comunidades. Essa costuma levar um ano e assim evita que se tomem decisões precipitadas ou prejudiciais ao povo (Aliás, muito mais interessado na PUCSP do que na Universidade Popular recentemente anunciada). A Igreja

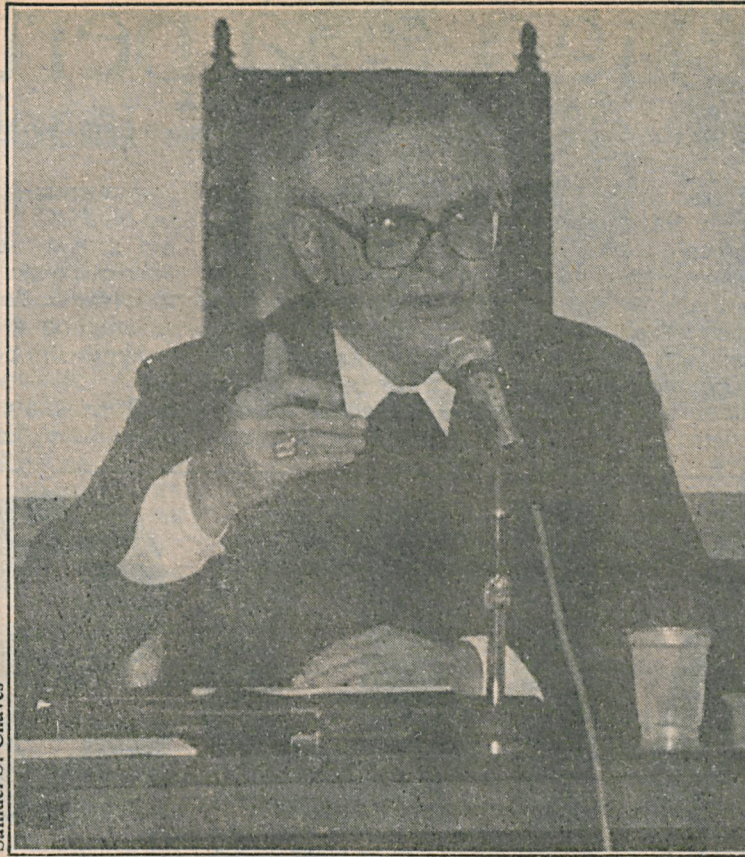


**"A PUC será generosa em permitir que se busquem e até criem outras soluções, contanto que não lhes arrebatem nem a liberdade, nem a identidade".**

de São Paulo acaba de realizar, em 31 de maio, a Assembléia delegada para as decisões finais. Pena que as da PUCSP não tivessem obedecido a processo algo semelhante. Afinal, ela vem do povo e aceita a missão de caminhar, elaborando propostas junto com o mesmo povo.

**Porã — Que implicações isso traria para o ensino católico no país?**

**D. Paulo —** Desta vez serei breve. Quem acaba com o pluralismo, acaba com o universalismo, e assim com o catolicismo. Espero que a sua decisão —



Samuel S. Chaves

**"A liberdade vale mais do que o dinheiro mal distribuído ou a tutela do Estado"**

de votar a estadualização — não seja tão radical quanto a do presidente Médici comigo. Em nome dos Bispos do Estado de São Paulo, fui levar, em 1972, ao general-presidente, a denúncia de que se torturava e matava, aqui na Capital, em nome da Segurança Nacional. Com o dedo em riste, o comandante supremo das Forças Armadas me ordenou: "Seu lugar é na sacristia! Nós não arredaremos um só minuto de nossa ação".

Não nos fechamos, daí por diante, na sacristia, porque a nossa tarefa é a da libertação integral do Homem. A PUCSP foi e é instrumento indispensável para a ação do Povo Cristão. Conclusão: não admitimos nem mesmo a hipótese da espoliação da PUCSP pelo Estado. A liberdade vale mais do que o dinheiro mal distribuído ou a tutela do Estado. Preferimos ser uma PUCSP menor — talvez bem menor — com pessoas decididas a lutar pelo Evangelho de Cristo, a nos intimidarmos com qualquer ameaça de estatização. Quem não quiser pertencer à PUCSP terá outras opções, com o nosso apoio

**Porã — Estaria a Fundação São Paulo disposta a abrir mão do seu patrimônio pela estadualização da PUC?**

**D. Paulo —** Para uns, esta estadualização poderia parecer apenas a passagem do patrimônio da Igreja (de direito público), para o patrimônio do Estado (também de direito público). De fato, a estadualização significa a extinção da PUCSP e criação, nos mesmos prédios, de uma USP, ou Unicamp, pelas quais, aliás, nutrimos o maior respeito e colaborarmos onde possível. No caso de extinção, manda o Artigo aa § 1 dos Estatutos da Fundação São Paulo:

"O patrimônio, nesse caso, reverterá para as Arquidioceses e Dioceses do Estado de São Paulo, na proporção em que cada uma houver contribuído para o patrimônio da Fundação, cabendo

aos membros do Conselho Superior resolverem os casos duvidosos". Acrescentemos logo o § 2, para dirimir toda dúvida:

"Igal destino terá o patrimônio em caso de dissolução compulsória". Como presidente da Comissão Regional da CNBB do Estado de São Paulo, teria pois que consultar a todos os Bispos e estes, por sua vez, seu Povo Cristão. A resposta, a julgar pela Igreja de Deus em São Paulo — consulta terminada em maio — seria a de aplicar o patrimônio para a formação de lideranças cristãs e, certamente, para um vigoroso centro de pesquisas e aconselhamento do nosso povo pobre. Não lembrei aqui a parte que cabe à Sé Apostólica de Roma, por ser "pontificia" nossa Universidade. A resposta se alongaria ainda mais.

**Porã — Que outra solução poderia ser dada à crise da PUC de São Paulo?**

**D. Paulo —** Por toda parte me perguntam por que discutem o caso particular da PUCSP e não a situação brasileira, que está caótica no ensino em todos os níveis e sob todos os prismas, em todos os Estados do Brasil. Por que não experimentam as saídas possíveis pela Escola ligada ao Povo? À comunidade? O primeiro passo poderia ser dado pelo benemérito professor Celso Furtado, que se tornou célebre em tantos países do mundo, enquanto o Estado brasileiro o mantinha no ostracismo mais ou menos forçado. Enquanto a "Lei Sarney", como a chamam, excluir as Universidades de seus benefícios, não haverá cultura autêntica em nossa época. O ministro Celso Furtado, mais do que nós, sabe que preservar a cultura é processo dinâmico. Não basta restaurar monumentos e neles pregar a placa do "doador". Esses monumentos têm que inspirar pesquisas e levar os Institutos de Pós-Graduação a enriquecer a Nação com estímulos constantes e decisivos. Isso quanto ao passado.

Em relação ao futuro, só o encontro da técnica e da arte com a alma e a sabedoria do povo propicia ambiente para cultura. As grandes somas que o Estado retém nas "loterias e lotecas", aliás altamente prejudiciais ao povo, já inclinado a especulação, deveriam ao menos reverter, **controladamente** ao ensino e à saúde! Mas não reside aí o problema, nem a solução. O Estado que não investe ao mesmo tempo na educação de base e nos estudos de fronteira, na pesquisa, através das forças vivas da Nação, se condena à estagnação, neste mundo que progride com tamanha rapidez.

Resumidamente, algumas conclusões:

a) A **Constituinte** deverá prever a manutenção e o desenvolvimento das Escolas Comunitárias, sem fins lucrativos, que podem ter até o seu padrão na PUCSP dos anos 70 a 85. Conforme estatísticas publicadas pelo caderno de Educação e Ciência da Folha de S. Paulo, a 12 de julho passado, os custos podem reduzir-se à metade e a muito menos.

b) A democracia, firmada na autêntica participação, tem que devolver ao povo o dinheiro dos impostos, etc., redistribuído, para manter a saúde e a formação tão indispensáveis à Nação toda, quanto possível, sem a burocracia estatal.

c) Tanto as estadualizações quanto as privatizações deveriam considerar-se exceções. Oxalá seja enterrada a comercialização do ensino, para ceder lugar ao pluralismo comunitário, fundamentado na honestidade, liberdade, justiça e solidariedade!

De fato o Projeto de Reforma do Estatuto, longamente debatido em clima de Constituinte aprovado pelo Conselho Universitário em 30.11.1983, garante ao grão-chanceler, no Art. 9º, II, a competência para "defender a autonomia universitária".

Pelo exposto, o leitor sentirá que o grão-chanceler, apesar da votação simbólica feita na PUCSP, conta com a maioria do Povo Cristão e pessoas de boa vontade, a quem pertence a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Essa PUCSP será generosa em permitir que se busquem e até criem outras soluções, contanto que não lhe arrebatem nem a liberdade, nem a identidade. Ao finalizar, gostaria de agradecer ao jornal **Porã'duba** a oportunidade de opinar.

**MAGNUS**

Alisamento com creme de abacate e óleo vegetal; fazemos também tratamento anti-queda com **PRODUTOS NATURA** e limpeza de pele.

**PROMOÇÃO**  
2ª a 5ª corte Cz\$ 60,00  
manicure Cz\$ 35,00

Fornecemos produtos **NATURA**

Tel: 263-9050

Rua Cardoso de Almeida, 1524